RUA DESEM. FRANCISCO MURILO PINTO, 33 VILA SANTA LUZIA

DIÁRIO OFICIAL

DO LEGISLATIVO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, criado pela resolução nº 5, de 2 de setembro de 2021

Ano 2024 Número 767 Edição Extra

CAMARASJC.SP.GOV.BR





- 3 MESA DIRETORA
- 4 VEREADORES
 - 8 comissões permanentes
- 12 LINKS
 - _____

- LEI ORGÂNICA

- CÂMARA SEM PAPEL
- LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
- REGIMENTO INTERNO
- 13 PUBLICAÇÕES
 - PROCESSO LEGISLATIVO
 - ATOS NORMATIVOS
 - ATOS DE PESSOAL
 - CONTRATAÇÕES
 - GESTÃO FISCAL
 - CONCURSOS



MESA DIRETORA



PRESIDENTE

Roberto do Eleven
PSD



1° VICE-PRESIDENTE

Milton Vieira Filho
REPUBLICANOS



2° VICE-PRESIDENTE

Marcelo Garcia

PRD



1° SECRETÁRIO **Zé Luis** PSD



2° SECRETÁRIO

Thomaz Henrique
PL



VEREADORES



Amélia Naomi PT (Partido dos Trabalhadores) amelia@camarasjc.sp.gov.br



Dr. José ClaudioPSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)- Líder Partidário
joseclaudio@camarasjc.sp.gov.br



Dulce RitaUNIÃO (Partido União Brasil)
dulce.rita@camarasjc.sp.gov.br



Fabião ZagueiroPSD (Partido Social Democrático)
fabiaozagueiro@camarasjc.sp.gov.br



Fernando PetitiPSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)
fernandopetiti@camarasjc.sp.gov.br





Juliana Fraga PT (Partido dos Trabalhadores) - Líder Partidário julianafraga@camarasjc.sp.gov.br



Juvenil Silvério PSD (Partido Social Democrático) juvenil@camarasjc.sp.gov.br



Júnior da Farmácia MDB (Movimento Democrático Brasileiro) - Líder Partidário juniordafarmacia@camarasjc.sp.gov.br



Lino Bispo PL (Partido Liberal) - Líder Partidário linobispo@camarasjc.sp.gov.br



Marcão da Academia PSD(Partido Social Democrático) marcaodaacademia@camarasjc.sp.gov.br





Marcelo Garcia
PRD (Partido Renovação Democrática) - Líder Partidário
marcelogarcia@camarasjc.sp.gov.br



Milton Vieira FilhoREPUBLICANOS (Republicanos) - Líder Partidário
mvfilho@camarasjc.sp.gov.br



Rafael Pascucci PSD (Partido Social Democrático) pascucci@camarasjc.sp.gov.br



Renato Santiago UNIÃO (Partido União Brasil) renatosantiago@camarasjc.sp.gov.br



Robertinho da Padaria
PRD (Partido Renovação Democrática)
robertinho@camarasjc.sp.gov.br





Roberto Chagas
PL (Partido Liberal)
robertochagas@camarasjc.sp.gov.br



Roberto do Eleven
PSD (Partido Social Democrático)
robertodoeleven@camarasjc.sp.gov.br



Rogério da Acasem
PP (Progressistas) - Líder Partidário
rogeriodaacasem@camarasjc.sp.gov.br



Thomaz HenriquePL (Partido Liberal)
thomazhenrique@camarasjc.sp.gov.br



Walter HayashiUNIÃO (Partido União Brasil) - Líder Partidário
walterhayashi@camarasjc.sp.gov.br



Zé LuísPSD (Partido Social Democrático) - Líder Partidário
zeluis@camarasjc.sp.gov.br



COMISSÕES PERMANENTES



COMISSÃO DE ÉTICA



COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE

ROBERTINHO DA PADARIA

SUPLENTE: JUVENIL SILVÉRIO

RELATORES

ROBERTO CHAGAS

SUPLENTE: FERNANDO PETITI

RENATO SANTIAGO

SUPLENTE: DR. JOSÉ CLÁUDIO

JULIANA FRAGA

SUPLENTE: THOMAZ HENRIQUE

 ${\sf MEMBRO}$

RAFAEL PASCUCCI

SUPLENTE: LINO BISPO

PRESIDENTE

RENATO SANTIAGO

SUPLENTE: JULIANA FRAGA

RELATOR

ROGÉRIO DA ACASEM

SUPLENTE: JUVENIL SILVÉRIO

MEMBRO

AMÉLIA NAOMI

SUPLENTE: ROBERTO CHAGAS





COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE

MARCELO GARCIA

SUPLENTE: MARCÃO DA ACADEMIA

RELATOR

DR. JOSÉ CLÁUDIO

SUPLENTE: LINO BISPO

MEMBRO

JÚNIOR DA FARMÁCIA

SUPLENTE: RENATO SANTIAGO

PRESIDENTE

ROBERTO CHAGAS

SUPLENTE: FERNANDO PETITI

RELATOR

JUVENIL SILVÉRIO

SUPLENTE: MARCELO GARCIA

MEMBRO

RAFAEL PASCUCCI

SUPLENTE: THOMAZ HENRIQUE





COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E TRANSPORTES



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE

LINO BISPO

SUPLENTE: ROGÉRIO DA ACASEM

RELATOR

MARCÃO DA ACADEMIA

SUPLENTE: RAFAEL PASCUCCI

MEMBRO

FERNANDO PETITI

SUPLENTE: THOMAZ HENRIQUE

PRESIDENTE

FABIÃO ZAGUEIRO

SUPLENTE: ZÉ LUIS

RELATOR

JULIANA FRAGA

SUPLENTE: MILTON VIEIRA FILHO

 ${\sf MEMBRO}$

THOMAZ HENRIQUE

SUPLENTE: AMÉLIA NAOMI





COMISSÃO DE SAÚDE



COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO E **DIREITOS HUMANOS**

PRESIDENTE

MILTON VIEIRA FILHO

SUPLENTE: DR. JOSÉ CLÁUDIO

RELATOR

ZÉ LUIS

SUPLENTE: ROBERTINHO DA PADA-

RIA

MEMBRO

DULCE RITA

SUPLENTE: WALTER HAYASHI

PRESIDENTE

ROBERTINHO DA PADARIA

SUPLENTE: JÚNIOR DA FARMÁCIA

RELATOR

ZÉ LUIS

SUPLENTE: FABIÃO ZAGUEIRO

MEMBRO

WALTER HAYASHI

SUPLENTE: DULCE RITA



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ACESSE LINKS ABAIXO



LEI ORGÂNICAACESSE A LEI MAIS IMPORTANTE
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



CÂMARA SEM PAPEL
ACOMPANHE A
PRODUÇÃO LEGISLATIVA



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

ACESSE A LEGISLAÇÃO

DO MUNICÍPIO DE

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



REGIMENTO INTERNO

VEJA AS REGRAS DE

FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



ANO 2024

ATOS NORMATIVOS

ATO DA SECRETARIA DIRETORIA-GERAL Nº 37, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024

Aprova o Edital que regulamenta a eleição de representantes dos servidores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, prevista na Resolução nº 1, de 1º de abril de 1993, no âmbito da Câmara Municipal de São José dos Campos.

O SECRETÁRIO DIRETOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 16, VIII, da Resolução nº 4, de 1º de julho de 2021, e pelo Ato da Mesa nº 40, de 6 de dezembro de 2021, e considerando o disposto na Resolução nº 1, de 1º de abril de 1993, DETERMINA:

Art. 1º Este Ato aprova o Edital que regulamenta a eleição de representantes dos servidores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, prevista na Resolução nº 1, de 1º de abril de 1993, no âmbito da Câmara Municipal de São José dos Campos, cujo texto é parte integrante deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Câmara Municipal de São José dos Campos, 24 de outubro de 2024.

Michael Robert Boccatto e Silva Secretário Diretor-Geral



EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO ELEITORAL DA CIPA - GESTÃO 2024/2025

A Câmara Municipal de São José dos Campos inscrita no CNPJ sob nº 50.448.935/0001-03, localizada na Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33, Vila Santa Luzia, São José dos Campos/SP, vem convocar todos os seus servidores para eleição de representantes dos servidores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA para o período de dezembro de 2024 a novembro de 2025.

1. DA CONSTITUIÇÃO DA CIPA

- 1.1. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes será composta por um total de 10 (dez) membros, distribuídos da seguinte forma:
- 1.1.1. 3 (três) titulares que representam a Câmara Municipal;
- 1.1.2. 3 (três) titulares que representam os servidores;
- 1.1.3. 2 (dois) suplentes dos representantes da Câmara Municipal;
- 1.1.4. 2 (dois) suplentes dos representantes dos servidores.
- 1.2. Os membros representantes dos servidores na CIPA serão eleitos por meio de um processo eleitoral, no qual os votos serão secretos e diretos.
- 1.3. Serão eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos.
- 1.4. A CIPA exercerá suas funções no período compreendido entre 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025.
- 1.5. Os membros integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, eleitos por meio deste processo eleitoral, terão um mandato de um ano, com a possibilidade de uma reeleição.

2. DOS ELEITORES

2.1. Tem direito a voto, todos os servidores públicos em exercício na Câmara Municipal, sejam efetivos, inclusive os cedidos, ou comissionados.

3. DAS CANDIDATURAS E DAS INELEGIBILIDADES

- 3.1. São condições para candidatura do presente processo eleitoral:
- 3.1.1. Possuir á condição de servidor público em exercício na Câmara Municipal, sejam efetivos, inclusive os cedidos, ou comissionados.
- 3.2. São inelegíveis:
- 3.2.1. Os membros da Comissão Eleitoral;
- 3.2.2. Os ocupantes de cargo em comissão de direção.

4. DA COMISSÃO ELEITORAL

4.1. O processo eleitoral será coordenado e conduzido por Comissão Eleitoral designada pela Secretaria Diretoria-Geral, possibilitando-se aos candidatos e interessados o acompanhamento dos trabalhos.

5. DAS INSCRIÇÕES

- 5.1. As inscrições serão realizadas no período de 25 de outubro de 2024 a 1º de novembro de 2024 junto à Comissão Eleitoral, por meio de processo eletrônico específico.
- 5.2. No ato da inscrição, os candidatos, por sua exclusiva responsabilidade, deverão protocolar a ficha de inscrição (Anexo I) preenchida e assinada digitalmente dentro do prazo de inscrições.
- 5.3. As condições de elegibilidade serão verificadas pela Comissão Eleitoral, que poderá obter informações junto à Seção de Carreira e Atos de Pessoal.
- 5.4. A efetivação da inscrição implicará no conhecimento e aceitação de todas as disposições deste Edital.
- 5.5. Após o encerramento do prazo de inscrições, a Comissão Eleitoral efetuará a análise das inscrições e providenciará a lavratura da ata correspondente.
- 5.6. No dia 5 de novembro de 2024, a Comissão Eleitoral efetuará a homologação e divulgação do resultado das inscrições.
- 5.7. Ocorrendo renúncia formal e escrita do candidato após o registro da candidatura, a Comissão Eleitoral publicará no Diário Oficial do Poder Legislativo.



6. DA VOTAÇÃO

- 6.1. A votação ocorrerá no dia 13 de novembro de 2024 das 8h15 às 12h e das 13h45 às 17h na sala Betinho.
- 6.2. A cédula única será confeccionada em papel branco, com tipos uniformes e de maneira que, dobrada, resguarde o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.
- 6.3. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:
- 6.3.1. Uso de cédula única, contendo campo específico para assinalar em frente aos nomes dos candidatos;
- 6.3.2. Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.
- 6.4. A mesa coletora de votos funcionará sob a responsabilidade de um dos membros da Comissão Eleitoral ou servidor designado pela Comissão Eleitoral.
- 6.5. Nenhuma pessoa estranha poderá intervir nos trabalhos, sob pena de seu candidato ter a candidatura revogada.
- 6.6. Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão a duração de acordo com o estabelecido neste Edital.
- 6.7. Os trabalhos de votação somente poderão ser encerrados antecipadamente se todos os eleitores constantes da folha de votação já tiverem votado.
- 6.8. Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará folha de votantes, receberá uma cédula única rubricada por membro da Comissão Eleitoral, e, após consignar a sua preferência, a depositará na urna colocada na mesa coletora.
- 6.9. São válidos para identificação do eleitor qualquer um dos documentos abaixo:
- 6.9.1. Cédula de Identidade (RG);
- 6.9.2. Crachá da Câmara Municipal de São José dos Campos;
- 6.9.3. Carteira Nacional de Habilitação, em seu modelo novo, com foto;
- 6.9.4. Documentos de identificação profissional emitidos pelas entidades competentes, com foto, a exemplo de OAB, CRC, CREA, CRM, CRF, CRP, CRESS, COREN, entre outros.
- 6.10. À hora determinada no Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados, em voz alta, a fazer entrega aos mesários da mesa coletora, do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor. Não existindo eleitor a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.
- 6.11. Havendo participação inferior a cinquenta por cento dos servidores no dia agendado para a votação, a comissão eleitoral deverá prorrogar a votação uma única vez para o dia 14 de novembro de 2024 observado o mesmo horário previsto no item 6.1.

7. DA APURAÇÃO DOS VOTOS

- 7.1. A comissão eleitoral realizará a apuração dos votos no dia 18 de novembro de 2024, com início às 9h na sala de Betinho.
- 7.2. A mesa apuradora de votos será composta pela Comissão Eleitoral.
- 7.3. Fica assegurado o acompanhamento dos trabalhos pelos candidatos e pelos interessados na mesa apuradora.
- 7.4. Finda a apuração, a Comissão Eleitoral fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais, a qual mencionará obrigatoriamente:
- 7.4.1. O dia e o horário da abertura e de encerramento dos trabalhos;
- 7.4.2. O local em que funcionaram as mesas bem como nomes dos respectivos componentes;
- 7.4.3. O resultado da urna apurada, especificando-se o número de votantes, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada candidato e votos em branco e votos nulos;
- 7.4.4. Número total de eleitores que votaram;
- 7.4.5. Resultado geral da apuração;
- 7.4.6. Proclamação dos eleitos.
- 7.5. Poderá ser apresentado junto à Comissão Eleitoral recurso ou impugnação ao resultado das eleições no dia 21 de novembro de 2024 até às 16h por meio de processo eletrônico específico.
- 7.6. Os candidatos poderão apresentar contrarrazões ao recurso e/ou impugnação junto à Comissão Eleitoral até o dia 22 de novembro de 2024 por meio de processo eletrônico específico.
- 7.7. No dia 27 de novembro de 2024, a Comissão Eleitoral analisará os recursos ou impugnações ao resultado das eleições e efetuará a divulgação do resultado da análise dos recursos ou impugnações e do resultado da eleição.
- 7.8. A ata geral da eleição será assinada pelos Membros da Comissão Eleitoral.
- 7.9. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob guarda da Comissão Eleitoral até a proclamação final do resultado das eleições.



PUBLICAÇÕES

- 7.10. Serão considerados eleitos os 5 candidatos que obtiverem o maior número de votos entre os candidatos inscritos, em ordem decrescente de classificação, sendo os 3 (três) primeiros titulares e os demais suplentes.
- 7.11. Ocorrendo empate entre dois ou mais candidatos, a Comissão Eleitoral fará o desempate, utilizando-se dos seguintes critérios:
- 7.11.1. Considera-se eleito o candidato com maior tempo de efetivo exercício na Câmara Municipal de São José dos Campos;
- 7.11.2. Se ainda assim persistir o empate, considera-se eleito o candidato com maior idade.

8. DO MATERIAL ELEITORAL

- 8.1. À Comissão Eleitoral cabe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral.
- 8.2. São peças essenciais do processo eleitoral:
- 8.2.1. Edital de Convocação com a comprovação de sua publicação;
- 8.2.2. Cópia dos requisitos dos registros de cándidaturas e as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos;
- 8.2.3. Edital onde se publicou a relação nominal dos candidatos registrados:
- 8.2.4. Cópias dos expedientes relativos à composição da mesa eleitorais;
- 8.2.5. Lista de votação dos servidores em condição de votar;
- 8.2.6. Exemplar da cédula única de votação;
- 8.2.7. Cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contrarrazões, se houver;
- 8.2.8. Comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral.
- 8.3. Todas as divulgações previstas nesse Edital serão realizadas por meio do Diário Oficial do Legislativo.

MICHAEL ROBERT BOCCATTO E SILVA Secretário Diretor-Geral



ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO

Eu,									servi	dor	púb	lico
municipal	em	exercício	nesta	Câmara	Mu	nicipal,	ocup	ante	do	ca	rgo	de
						inscri	ito	sob	О	С	PF	n.
			, ven	ho atravé	s do	presen	te, na	con	dição	de	serv	idor
efetivo/cor	missior	nado, reque	erer min	ha inscriçã	ão pa	ra cond	orrer	à Co	missão	o Int	terna	de
Prevenção	de Aci	dentes para	o períoc	lo de dezer	mbro	de 2024	a nove	embro	o de 20	025.		
Sendo o qu	ie se aj	presenta, ne	esses teri	mos, pede	deferi	mento.						
	São J	osé dos Can	npos,	de _				d	e 2024	١.		
			(Ass	inatura do	Cand	idato)						



ATOS DE PESSOAL

PORTARIA Nº 413, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica, pelo Regimento Interno e pela Resolução nº 4, de 1º de julho de 2021, e considerando a documentação juntada ao processo nº 17326/2024, RESOLVE:

- 1. DESIGNAR o servidor ANDRÉ JAVIER FERREIRA PAYAR para exercer, cumulativamente, o cargo de Controlador-Geral, padrão "DAL.7", em virtude de férias do titular.
- 2. A substituição perdurará de 04/11/2024 a 18/11/2024.
- 3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José dos Campos, 24 de outubro de 2024.

Ver. ROBERTO DO ELEVEN
Presidente
Documento assinado digitalmente

MICHAEL ROBERT BOCCATTO E SILVA Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente

PORTARIA Nº 414, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica, pelo Regimento Interno e pela Resolução nº 4, de 1º de julho de 2021, e considerando a documentação juntada ao processo nº 17327/2024, RESOLVE:

- 1. RECONDUZIR o servidor FELIPE MAFRA DE PAIVA como membro da Comissão de Controle Interno, nos termos do art. 3°, parágrafo único, II, da Resolução nº 3, de 11 de dezembro de 2014, a partir de 01/11/2024.
- 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José dos Campos, 24 de outubro de 2024.

Ver. ROBERTO DO ELEVEN
Presidente
Documento assinado digitalmente

MICHAEL ROBERT BOCCATTO E SILVA Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente



CONTRATAÇÕES

AVISO DE CONTRATAÇÃO Processo nº 17026/2024

- 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO
- 1.1. Descrição resumida: 1 (uma) refiladora manual.
- Descrição completa:
- Peso aproximado: 2,5 Kg;
- Comprimento de corte: 450 mm;
- Dimensões: 560 x 245 x 85 mm;
- Dimensões do tampo: 450 x 210 mm;
- Tampo em aço pintado eletrostaticamente para maior resistência;
- Serigrafia com escala milimétrica e dimensões mais usuais de corte;
- Lâminas em aço inox 301 encruado;
- Apoio em borracha para maior aderência;
- Régua de segurança e prensadora de folhas.



Imagem de referência

- 1.2. Quantidade: 1 (uma) unidade.
- 1.3. Finalidade: executar serviços de corte de papel de forma rápida e precisa, para trabalhos mais delicados, como convites, cartões, plastificações e documentos.
- 2. REGIME DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. Esta contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da "Lei de Licitações e Contratos Administrativos".
- 2.2. Fundamento Legal desta Contratação: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 3. INFORMAÇÕES DA COTAÇÃO
- 3.1. A cotação enviada deverá conter as seguintes informações:
- a) Valor unitário com frete embutido;
- b) Valor total com frete embutido:
- c) CNPJ (o mesmo que constará na Nota Fiscal):
- d) Prazo de validade da cotação, com mínimo de 15 (quinze) dias;
- e) Forma de pagamento (depósito ou boleto).
- 3.2. Quando a forma de pagamento escolhida for depósito, deverão ser informados na proposta os dados bancários da empresa.



4. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Forma de seleção: Será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que respeitadas as condições estabelecidas neste Aviso, ressalvada a possibilidade de a Administração decidir motivadamente pela proposta mais vantajosa de acordo com outros critérios objetivos.

4.2. Devem ser observadas as especificações, as condições de entrega dos materiais e prestação do serviço, garantia, prazos, preços, formas de pagamentos e demais condições deste Aviso, sendo vedada qual-

quer alteração sem expressa autorização da Câmara, sob pena de recusa dos materiais.

4.3. Condições de fornecimento:

- 4.3.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), a qual será encaminhada por e-mail.
- 4.3.2. Na Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Câmara Municipal, constarão o prazo, o local e a relação dos materiais a serem entregues.
- 4.3.3. Caso o recebimento da Autorização de Fornecimento AF não seja confirmado em até 2 (dois) dias úteis após seu encaminhamento, a contratante providenciará a sua publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo de São José dos Campos DOL (http://diario.camarasjc.sp.gov.br/dio), encaminhando ao endereço de email fornecido pela Contratada o endereço eletrônico para consulta de sua íntegra, hipótese em que a Autorização de Fornecimento AF será considerada recebida no dia útil subsequente a essa publicação.
- 4.3.4. Entrega de segunda a sexta-feira no Almoxarifado da Câmara Municipal entre 8h e 11h30 e 13h30 e
- 4.3.5. Não será admitida entrega parcial sem autorização prévia da Câmara Municipal, por meio de sua Seção de Contratos.
- 4.4. Prazo de pagamento: 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais e protocolo da nota fiscal.

5. PENALIDADES

- 5.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica a Contratada sujeita às seguintes sanções:
- a) Caracterizando-se a inexecução parcial do item, ficará a empresa sujeita a aplicação cumulativa de multa de 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular;
- b) Sendo total a inexecução, que também será caracterizada com a recusa injustificada pelo fornecedor em aceitar a presente Autorização de Fornecimento AF, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
- 5.2. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora, observado o art. 162 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável:
- a) Por atraso injustificado na entrega do material descrito na Autorização de Fornecimento AF, ficará essa empresa sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) calculada sobre o valor do item ou itens em atraso:
- b) Por entrega de material em desacordo com o descrito na Autorização de Fornecimento AF, terá a empresa dois dias para sanar a irregularidade. Persistindo a falha, aplicar-se-á multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do item entregue em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o que, será caracterizada inexecução do contrato;
- c) As sanções previstas nas alíneas "a" e "b" ficam limitadas a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do art. 156, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3. Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, incidirão concomitantemente e independentemente das multas elencadas nos itens 5.1 e 5.2, as seguintes sanções administrativas:
- a) ADVERTÊNCIA;
- b) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de São José dos Campos pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- c) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



PUBLICAÇÕES

6. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A Contratada deverá ter regularidade fiscal para contratar com a Câmara Municipal, razão pela qual será emitida pela Seção de Compras os seguintes documentos para comprovação:
- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.2. Ao encaminhar a proposta, a empresa declara tacitamente que:
- a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021; e
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 7.1. A presente contratação será celebrada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e reger-se-á pelos dispositivos legais aplicáveis, inclusive e subsidiariamente pelos Princípios Gerais de Direito e notadamente as seguintes normas:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) Constituição do Estado de São Paulo; e
- c) Lei Orgânica do Município de São José dos Campos.

8. ESCLARECIMENTOS

8.1. Eventuais esclarecimentos poderão ser requeridos pelo e-mail compras@camarasjc.sp.gov.br e pelo telefone (12) 3925-6772.

MICHAEL BOCCATTO Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente



AVISO DE CONTRATAÇÃO Processo nº 17094/2024

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Descrição resumida: 1 (uma) canteadeira.

• Descrição completa:

• Dimensões: 20x12x12 cm (comprimento x largura x altura)

Peso Liquido: 1,200 kgRaio de corte: 6,35mm

• Quantidade de folhas por vez: 5



Imagem de referência

- 1.2. Quantidade: 1 (uma) unidade.
- 1.3. Finalidade: fazer cortes arredondados em plastificações e outros documentos.
- 2. REGIME DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. Esta contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da "Lei de Licitações e Contratos Administrativos".
- 2.2. Fundamento Legal desta Contratação: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 3. INFORMAÇÕES DA COTAÇÃO
- 3.1. A cotação enviada deverá conter as seguintes informações:
- a) Valor unitário com frete embutido;
- b) Valor total com frete embutido;
- c) CNPJ (o mesmo que constará na Nota Fiscal);
- d) Prazo de validade da cotação, com mínimo de 15 (quinze) dias;
- e) Forma de pagamento (depósito ou boleto).
- 3.2. Quando a forma de pagamento escolhida for depósito, deverão ser informados na proposta os dados bancários da empresa.
- 4. CONDICÕES DA CONTRATAÇÃO
- 4.1. Forma de seleção: Será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que respeitadas as condições estabelecidas neste Aviso, ressalvada a possibilidade de a Administração decidir motivadamente pela proposta mais vantajosa de acordo com outros critérios objetivos.



4.2. Devem ser observadas as especificações, as condições de entrega dos materiais e prestação do serviço, garantia, prazos, preços, formas de pagamentos e demais condições deste Aviso, sendo vedada qualquer alteração sem expressa autorização da Câmara, sob pena de recusa dos materiais.

4.3. Condições de fornecimento:

4.3.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), a qual será encaminhada por e-mail.

4.3.2. Na Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Câmara Municipal, constarão o prazo, o local e a

relação dos materiais a serem entregues.

- 4.3.3. Caso o recebimento da Autorização de Fornecimento AF não seja confirmado em até 2 (dois) dias úteis após seu encaminhamento, a contratante providenciará a sua publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo de São José dos Campos DOL (http://diario.camarasjc.sp.gov.br/dio), encaminhando ao endereço de email fornecido pela Contratada o endereço eletrônico para consulta de sua íntegra, hipótese em que a Autorização de Fornecimento AF será considerada recebida no dia útil subsequente a essa publicação.
- 4.3.4. Entrega de segunda a sexta-feira no Almoxarifado da Câmara Municipal entre 8h e 11h30 e 13h30 e 17h.
- 4.3.5. Não será admitida entrega parcial sem autorização prévia da Câmara Municipal, por meio de sua Seção de Contratos.
- 4.4. Prazo de pagamento: 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais e protocolo da nota fiscal.

5. PENALIDADES

- 5.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica a Contratada sujeita às seguintes sanções:
- a) Caracterizando-se a inexecução parcial do item, ficará a empresa sujeita a aplicação cumulativa de multa de 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular;
- b) Sendo total a inexecução, que também será caracterizada com a recusa injustificada pelo fornecedor em aceitar a presente Autorização de Fornecimento AF, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
- 5.2. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora, observado o art. 162 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável:
- a) Por atraso injustificado na entrega do material descrito na Autorização de Fornecimento AF, ficará essa empresa sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) calculada sobre o valor do item ou itens em atraso:
- b) Por entrega de material em desacordo com o descrito na Autorização de Fornecimento AF, terá a empresa dois dias para sanar a irregularidade. Persistindo a falha, aplicar-se-á multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do item entregue em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o que, será caracterizada inexecução do contrato;
- c) As sanções previstas nas alíneas "a" e "b" ficam limitadas a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do art. 156, §3° da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3. Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, incidirão concomitantemente e independentemente das multas elencadas nos itens 5.1 e 5.2, as seguintes sanções administrativas:
- a) ADVERTÊNCIA;
- b) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de São José dos Campos pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- c) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 6. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONTRATAÇÃO
- 6.1. A Contratada deverá ter regularidade fiscal para contratar com a Câmara Municipal, razão pela qual será emitida pela Seção de Compras os seguintes documentos para comprovação:



PUBLICAÇÕES

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.2. Ao encaminhar a proposta, a empresa declara tacitamente que:
- a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021: e
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 7.1. A presente contratação será celebrada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e reger-se-á pelos dispositivos legais aplicáveis, inclusive e subsidiariamente pelos Princípios Gerais de Direito e notadamente as seguintes normas:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) Constituição do Estado de São Paulo; e
- c) Lei Orgânica do Município de São José dos Campos.

8. ESCLARECIMENTOS

8.1. Eventuais esclarecimentos poderão ser requeridos pelo e-mail compras@camarasjc.sp.gov.br e pelo telefone (12) 3925-6772.

MICHAEL BOCCATTO Secretário Diretor-Geral Documento assinado digitalmente







RUA DES. FRANCISCO MURILO PINTO, 33 VILA SANTA LUZIA